

DEBATES

PREFÁCIO A GENDER AND POLITICS OF HISTORY*

Joan Wallach Scott**

Penso nesses ensaios como meus ensaios do Pembroke Center porque todos eles foram inspirados pelas discussões realizadas durante os anos em que dirigi o Pembroke Center de Docência e Pesquisa sobre Mulheres da Brown University. Foi lá que um grupo notável de pesquisadores envolveu-se no tipo de reflexão direta e experimental que muda o pensamento e abre novas direções para a pesquisa e a produção de textos. No seminário do Pembroke Center fui obrigada a levar a sério a teoria pós-estruturalista e enfrentar suas implicações para uma historiadora social. O processo foi gratificante e difícil. Foram tratadas muitas das questões filosóficas mais prementes que eu tinha enfrentado como feminista ao tentar escrever a história das mulheres mas, ao mesmo tempo, colocou-se para mim uma crítica muito mais fundamental do que eu esperava a respeito dos pressupostos de minha disciplina. Já que eu aprendera a respeito do pós-estruturalismo principalmente com pesquisadores da área de literatura, também encontrei problemas inevitáveis para quem se aventura num campo novo. Eram problemas de linguagem e de tradução, da possibilidade de adaptação de paradigmas disciplinares reinantes e da significação, se existe alguma, da suposta oposição entre os métodos e projetos da história e da

* SCOTT, Joan Wallach: *Gender and politics of history*. Columbia University Press, N.Y., 1988. O livro é uma coletânea dos ensaios aqui referidos. Tradução de Mariza Corrêa, IFCH/Unicamp.

** Professora de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Avançados em Princeton.

literatura. Vivi esses problemas não apenas como problemas abstratos mas, agudamente, como questões de identidade profissional e política.

Como estes ensaios foram uma maneira de explorar tais problemas, eles podem parecer parciais, inconclusivos ou disparatados. Os tópicos e os materiais substantivos dos quais eles tratam são variados mas, não obstante, estão todos ligados pelos temas de gênero e história e por uma tentativa de explicitar a natureza da conexão entre os dois termos. Mais do que isso, tomados em seu conjunto, os ensaios estão organizados para construir um argumento cumulativamente. Por essa razão, eles não devem ser lidos ao acaso, como artigos independentes, mas em seqüência, como os capítulos de um livro. Embora muitos dos capítulos tenham sido publicados originalmente como artigos, quase todos foram re-escritos para incorporar os temas comuns a todos - gênero e história.

Nesses ensaios, gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais. Uso saber, seguindo Michel Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres.¹ Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas. O saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas

¹ Ver particularmente FOUCAULT, Michel: *The order of things: an archaeology of the human sciences*. N.Y.,Vintage, 1973 (tradução brasileira: *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1981). Ver também, do mesmo autor: *Language, counter-memory, practice*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1977; *Discipline and punish: the birth of prison*. N.Y., Vintage, 1979 (tradução brasileira: *Vigiar e punir- nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1977); *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. N.Y.,Pantheon,1980.

cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela.

Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.

Nesta abordagem a história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente. Analisar como isto ocorre requer atenção às suposições, às práticas e à retórica da disciplina, a coisas tão estabelecidas ou tão fora da prática usual que comumente não são objeto da atenção do historiador. Incluem-se aí as idéias de que a história pode documentar fielmente a realidade vivida, de que os arquivos são repositórios de fatos e que categorias como homem e mulher são transparentes. E se estendem também ao exame das práticas retóricas dos historiadores, à construção de textos históricos e à política - isto é, às relações de poder - constituídas pela disciplina. Nesses ensaios, a história é tanto

objeto da atenção analítica quanto um método de análise. Vista em conjunto desses dois ângulos, ela oferece um modo de compreensão e uma contribuição ao processo através do qual o gênero é produzido.

Se os temas gênero e história dão unidade a este livro, o mesmo ocorre em relação à preocupação com a teoria. Embora os historiadores não sejam treinados (pelo menos nos Estados Unidos) para ser reflexivos ou rigorosos sobre sua teoria, descobri que é necessário pensar sobre as questões teóricas para fazer uma história feminista. Creio que isso resultou de minha frustração quanto ao impacto relativamente limitado que a história das mulheres vinha tendo sobre os estudos históricos em geral e, em consequência, da necessidade de entender o que se passava. Minha motivação era e é compartilhada com outras feministas e é abertamente política: apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres. Mais do que isso, é uma motivação que as feministas compartilham com os que estão preocupados em modificar a representação de outros grupos deixados fora da história em razão da raça, etnicidade e classe, tanto quanto em razão do gênero. Ainda que sejam fáceis de fazer, essas afirmações são difíceis de implementar, especialmente se nos falta uma análise de como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas.

As dificuldades tornam-se aparentes em certos dilemas com que se defronta a história das mulheres ao tentar trabalhar dentro dos parâmetros existentes na disciplina. Os historiadores supunham que, depois de longos anos de descaso, iriam equilibrar a balança, apresentando novas informações a respeito das mulheres. Mas o que representava um endosso quase ingênuo do positivismo, deu lugar, em seguida, a uma crítica a ele. Novos fatos podem documentar a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificam a importância (ou falta dela) atribuída às atividades femininas. De fato, o

tratamento em separado das mulheres podia servir para confirmar sua relação marginal e particularizada em relação aos temas (masculinos) já estabelecidos como dominantes e universais.

Associada à aceitação inicial do positivismo da história havia uma crença implícita no pluralismo, na possibilidade de expansão das categorias e temas existentes para incluir as mulheres. Mas escrever a respeito das mulheres como, digamos, trabalhadoras ou integrantes das classes trabalhadoras, não alterava efetivamente as definições estabelecidas dessas categorias, nem esclarecia porque aqueles que escrevem sobre a história do trabalho ignoraram por tanto tempo evidências a respeito das mulheres. A não ser por alusões ao preconceito masculino, nada explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e, se o preconceito masculino era sua causa, nada garantia (a não ser a fé no progresso da democracia) que ele deixasse de obstruir o caminho da promessa de igualdade do pluralismo. O que parecia necessário era uma análise da discriminação que incluísse as próprias categorias, categorias como classe, trabalhador, cidadão - e até homem e mulher.

A necessidade de examinar essas categorias de um novo ângulo era também provocada pela dificuldade em analisar as desigualdades de gênero dentro dos parâmetros da história social. Aqui, explicitamente teorizada (como marxismo, behaviorismo ou modernização) ou simplesmente tomada como descrição acurada de como as coisas acontecem, a idéia de que categorias de identidade refletem a experiência objetiva parecia levar a explicações que serviam mais frequentemente para confirmar do que para contestar as visões dominantes a respeito das mulheres. Ao aceitar que as mulheres têm características inerentes e identidades objetivas consistentes e predizivelmente diferentes das masculinas, e que elas geram definitivamente necessidades e interesses femininos, os historiadores deixam implícito que a diferença sexual é um fenômeno natural e não

social. A procura por uma análise que desse conta da discriminação era apanhada pela lógica circular na qual a "experiência" explica as diferenças de gênero e as diferenças de gênero explicam as assimetrias da "experiência" masculina e feminina. É típico das visões sobre o que constitui a experiência masculina e feminina o apelo a ou a incorporação de definições normativas existentes. A história das mulheres escrita dessa perspectiva, e a política que ela engendra, termina por endossar as idéias de uma diferença sexual inalterável, que são usadas para justificar a discriminação.

Uma política feminista mais radical (e uma história feminista mais radical) parece-me pedir uma epistemologia mais radical. Justamente por tratar de questões epistemológicas, relativizar o estatuto de todo saber, vincular o saber ao poder e teorizar sobre eles operacionalizando a diferença, creio que o pós-estruturalismo (ou pelo menos certas abordagens geralmente associadas a Michel Foucault e Jacques Derrida) pode oferecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa. Não estou sugerindo a aplicação dogmática dos ensinamentos de nenhum filósofo em particular e estou ciente das críticas feministas a eles. Mas gostaria de indicar onde, e de que maneira, as sugestões que eles fazem a respeito de novos rumos intelectuais, provaram ser, para mim, não apenas promissoras mas frutíferas.

A mudança mais dramática em minha própria reflexão talvez provenha de meu questionamento a respeito de como hierarquias como as de gênero são construídas e legitimadas. A ênfase no "como" sugere um estudo de processos, não de origens, de causas múltiplas, ao invés de causas únicas, da retórica ou do discurso, ao invés da ideologia ou da consciência. Não se abandona a atenção às estruturas e instituições, mas se insiste em que precisamos entender o que essas organizações significam para poder entender como elas funcionam.

É claro que os pós-estruturalistas não foram os primeiros a se preocuparem com o significado, mas eles oferecem uma maneira distinta de estudá-lo ao enfatizarem sua variabilidade, sua volatilidade e a natureza política de sua construção. Se os significados dos conceitos são vistos como instáveis, abertos à disputa e à redefinições, pedem, por consequência, uma repetição, reafirmação e implementação vigilante por parte daqueles que endossaram uma ou outra definição. Ao invés de atribuir um significado transparente e compartilhado aos conceitos culturais, os pós-estruturalistas insistem em que os significados não são fixos no léxico de uma cultura, mas são dinâmicos, sempre potencialmente em fluxo.² Seus estudos assim chamam a atenção para os processos conflituos através dos quais o significado se estabelece, para as maneiras através das quais conceitos como gênero adquirem a aparência de fixidez, para as contestações às definições sociais normativas, e para as respostas à essas contestações - em outras palavras, para o jogo de forças presentes na construção e implementação do significado em qualquer sociedade: para a política.

A menção à política inevitavelmente coloca a questão da causalidade: de quem é o interesse em controlar ou contestar significados? qual a natureza desse interesse, qual a sua origem? Há duas maneiras de responder essas questões. Uma, em termos de um interesse objetivamente determinado, absoluto e universal (dominação sexual ou econômica, por exemplo); outra, em termos de um conceito de interesse discursivamente produzido, relativo e contextualizado. A segunda não é o inverso da primeira, ao contrário, refuta a oposição entre determinação objetiva e seus efeitos subjetivos. Em ambos os casos, aceitamos

² Um debate interessante entre historiadores, a respeito da flexibilidade de símbolos culturais é o de CHARTIER, Roger: "Texts, symbols and Frenchness", *IN Journal of Modern History* (57). 1985; e DARNTON, Robert: "The symbolic element in History", *IN Journal of Modern History* (58). 1986.

os efeitos do "interesse" na criação de grupos sociais (classes ou gêneros, por exemplo). Mas no primeiro caso há uma separação aceita entre as condições materiais e os pensamentos e ações humanos que elas supostamente engendram. No segundo caso, tal separação não é possível, já que o "interesse" não é inerente aos atores ou à suas posições estruturais, mas é produzido discursivamente. Os objetos de estudo são portanto fenômenos epistemológicos que incluem economia, industrialização, relações de produção, fábricas, famílias, classes, gêneros, ação coletiva e idéias políticas tanto quanto as categorias interpretativas de cada um.

Esta segunda abordagem complica o relato unilinear da experiência, da identidade e da política que acompanha a primeira abordagem. A experiência não é vista como circunstâncias objetivas que condicionam a identidade; a identidade não é uma percepção objetivamente determinada do eu, definida por necessidades e interesses; a política não é a tomada de consciência coletiva de sujeitos individuais em situação semelhante. A política é, antes, o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência. Identidades e experiências são, nessa visão, fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares. A consequência é que (como diz a analista de cinema Teresa de Lauretis) "a consciência nunca é fixa, nunca é alcançada de uma vez por todas, já que as fronteiras discursivas variam de acordo com as condições históricas."³ Conseqüentemente, também, as diferenças políticas entre as mulheres não podem ser explicadas pela falsa consciência. Esta visão torna a política feminista mais auto-consciente e auto-crítica e a vincula estreitamente à análises de gênero como

³ DE LAURETIS, Teresa (ed.): *Feminist studies/critical studies*. Bloomington, Indiana University Press, 1986, Introduction. Ver também, da mesma autora: *Technologies of gender: essays on theory, film and fiction*. Bloomington, Indiana University Press, 1987.

produção do saber sobre a diferença sexual. Isso porque a identidade política, como as instituições sociais e os símbolos culturais, é uma forma de produção do saber. Ao invés de haver uma separação entre a política feminista e os estudos acadêmicos de gênero, ambos são parte do mesmo projeto político: uma tentativa coletiva de confrontar e contestar as distribuições de poder existentes.

Para historiadores feministas, esta é uma perspectiva teórica particularmente sedutora. Ela torna as análises críticas do passado e do presente uma ação continuada; o historiador pode interpretar o mundo ao mesmo tempo que tenta transformá-lo. Ela insiste também na necessidade de examinar gênero concretamente, contextualmente, e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é, ao mesmo tempo, uma postura familiar para o historiador e uma maneira profundamente nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos. Se as identidades mudam ao longo do tempo e em relação a diferentes contextos, não podemos utilizar modelos simples de socialização que vêem gênero como um produto mais ou menos estável da educação na primeira infância, na família e na escola. Devemos deixar de lado também a tendência a compartimentalizar, de boa parte da história social, que relega sexo e gênero à instituição da família, associa classe com o local de trabalho e a comunidade e aloca a guerra e os temas constitucionais exclusivamente no domínio da "alta política" do governo e do estado. Uma vez que todas as instituições utilizam alguma divisão de trabalho, uma vez que as estruturas de muitas

instituições se apóiam na divisão sexual do trabalho (mesmo que tais divisões excluam um ou outro sexo), uma vez que referências ao corpo com frequência legitimam as formas que as instituições assumem, gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social. E pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história.

Para encontrar gênero na história, no entanto, não basta fazer a leitura literal, temática, típica da disciplina; é necessário um tipo diferente de exegese. Aqui o trabalho dos críticos literários associados ao pós-estruturalismo tem sido de grande ajuda para mim. Eles sublinham a importância tanto da textualidade, a maneira como os argumentos são estruturados e apresentados, quanto do que é literalmente dito. E chamam a atenção para a necessidade de termos cuidado ao recortar o que Barbara Johnson chama de "as forças de significação em guerra no interior do próprio texto".⁴ Essa abordagem se apóia na suposição de que o significado se expressa através de contrastes explícitos ou implícitos, via uma diferenciação interna.

Dessa perspectiva, as definições positivas sempre se apóiam na negação ou repressão de algo que é representado como antitético a elas. E oposições de categorias reprimem as ambiguidades internas de cada uma delas. Qualquer conceito unitário se apóia sobre - e contém - material reprimido ou negado e portanto é instável e não unívoco. Como diz Johnson: "A diferença não é engendrada no espaço entre identidades; ela é

⁴ JOHNSON, Barbara: *The critical difference: essays in the contemporary rhetoric of reading*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1974.

o que torna toda totalização da identidade de um ser ou do significado de um texto impossível."⁵ Oposições fixas escondem a heterogeneidade de cada categoria e a extensão da interdependência de termos apresentados como em oposição - isto é, que derivam seu significado de contrastes internamente estabelecidos e não de alguma antítese pura ou inerente. Além disso, a interdependência é comumente hierárquica, um termo sendo dominante, prioritário e visível e seu oposto sendo subordinado e frequentemente ausente ou invisível. No entanto, justamente por meio desse arranjo, o segundo termo é presente e central, já que é requerido para a definição do primeiro. Embora alguns pares de oposições pareçam ser recorrentes em certas culturas, seus significados específicos se expressam por meio de novas combinações de contrastes e oposições. Disputas quanto ao significado implicam na introdução de novas oposições, na reversão de hierarquias, na tentativa de expor termos reprimidos, de contestar o estatuto natural de pares aparentemente dicotômicos e de expor sua interdependência e sua instabilidade interna. Esse tipo de análise, teorizada por Jacques Derrida como "desconstrução", torna possível estudar sistematicamente (ainda que não definitivamente ou totalmente) os processos conflitivos que produzem o significado. Para o historiador, acrescenta uma nova dimensão importante ao projeto de exegese.⁶ Solapa também a possibilidade de o historiador proclamar sua neutralidade sensorial ou de apresentar qualquer história particular como se ela fosse completa, universal e objetivamente determinada. Ao invés disso, se se concorda que os significados são construídos através de exclusões, deve-se reconhecê-las e assumir a responsabilidade pelas exclusões existentes no trabalho

⁵ Ibidem.

⁶ DERRIDA, Jacques: *Of Grammatology*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1974 (tradução brasileira: *Gramatologia*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973).

de cada um. Tal abordagem reflexiva, auto-crítica, torna aparente o estatuto particularizante de qualquer conhecimento histórico e o papel ativo do historiador como um produtor de saber. E solapa argumentos de autoridade apoiados em explicações totalizantes, categorias essencialistas de análise (seja a natureza humana, raça, classe, sexo ou "os oprimidos") ou narrativas sintéticas que atribuam ao passado uma unidade inerente.

Embora muito tenha sido escrito a respeito dos problemas de se utilizar uma metodologia originalmente associada a textos (e portanto à literatura) no estudo da história, penso que boa parte desse debate está equivocada. As oposições entre texto e contexto, ficção e verdade, arte e vida, estruturam a auto-representação das disciplinas literatura e história. Cada disciplina define sua especialidade por contraste com os objetos de pesquisa e os métodos de interpretação da outra. Cada disciplina resolve também as ambiguidades de seu próprio projeto utilizando a outra como espelho. Nesse processo, cada uma articula as regras e convenções que as identificam como campos definidos de saber, necessariamente enfatizando certos métodos e materiais. Para alguns literatos acadêmicos, o texto, os problemas da leitura, o ato de escrever e a identidade do autor tornaram-se, nos anos recentes, tão centrais a ponto de excluir outros tipos de questões sociais ou políticas. Para muitos historiadores sociais, os arquivos são lugares sagrados nos quais se coletam "fatos" sobre o passado nos documentos. Os textos de ficção, quando entram no domínio do historiador, são frequentemente examinados como fonte de material temático que documenta melhor os processos sociais ou os eventos políticos que são o foco primário da pesquisa.⁷

⁷ Sobre os processos através dos quais a história estabelece sua autoridade, ver: DE CERTEAU, Michel: "History:science and fiction", IN *Heterologies: discourse on the other*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1986. Ver também: DE BOLLA, Peter: "Desfiguring history", IN *Diacritics* (16). 1986.

Essas diferenças podem criar obstáculos ao trabalho interdisciplinar para aqueles que se definem inteiramente pelos parâmetros disciplinares, mas são menos incômodos da perspectiva teórica que estou discutindo. Essa perspectiva toma a produção do saber cultural como seu objeto e seu objetivo é analisar como várias formas de saberes são produzidas. A história e a literatura são tais formas de saber, quer as tomemos como disciplinas ou como corpos de informação cultural. Assim sendo, ambas são suscetíveis à utilização do mesmo tipo de análise, uma análise dirigida aos conceitos, aos significados, aos códigos linguísticos e à organização da representação. Essa abordagem analítica leva a sério as fronteiras disciplinares e os gêneros literários diferentes que elas representam, mas os toma como objetos de pesquisa e não como um conjunto de pré-condições para o trabalho acadêmico. Tal abordagem atenua um certo tipo de empréstimo disciplinar exagerado, um exemplo sendo a tendência, entre alguns historiadores influenciados pela crítica literária, a tomarem textos escritos como o único tema viável da história e, outro, o entusiasmo de alguns pesquisadores literários pela história como fonte externa de informação que explicaria o que se passa em seus textos. Se, ao invés de fazer isso, tomarmos as disciplinas enquanto analistas e produtores de saber cultural, percebemos que o que está em jogo não é simplesmente uma técnica literária de leitura mas uma teoria epistemológica que oferece um método de análise dos processos pelos quais os significados são constituídos e pelos quais nós constituímos os significados.

Além disso, tal teoria é profundamente política nas suas implicações, pois coloca o conflito no centro da sua análise, aceitando que hierarquia e poder são inerentes aos processos linguísticos analisados. Embora a desconstrução tenha sido chamada de "niilista" e "destrutiva" por seus críticos, esses epítetos me parecem substitutos de uma avaliação séria de suas

possibilidades. Pode ser que alguns críticos desconstrutivistas façam uma interminável exposição de contradições e se tornem assim incapazes de endossar ou advogar facilmente um programa político próprio. Mas há também exemplos evidentes de políticas reforçadas por essa abordagem, políticas não apenas críticas das hierarquias sociais existentes, mas capazes de enfatizar as premissas de suas atuações; políticas criticamente auto-conscientes de suas próprias justificações e exclusões, recusando assim posturas absolutistas ou totalizantes. Há, por exemplo, teóricos do direito e do feminismo, que formulam posições éticas, e atuam a partir delas, mesmo estando conscientes da complexidade e da contradição.⁸ Sua vantagem é a capacidade de tratar questões institucionais e intelectuais da mesma maneira, de recusar oposições tais como materialismo versus idealismo, objetos de estudo versus estudos disciplinares sobre eles, abordando a todas como aspectos da produção do saber e do poder - concebido não como um processo unitário mas como processos múltiplos e conflitantes.

Esta perspectiva epistemológica permite o tipo de avaliação crítica de sua disciplina que historiadores feministas precisam para levar adiante seu objetivo de fazer com que as mulheres se tornem presentes na história. Pois também a história cria seus significados através da diferenciação e desse modo organiza o saber sobre o mundo. A forma que o saber tem tomado - a notável ausência ou a subordinação das mulheres nas narrativas sobre "a marcha da civilização", sua particularidade

⁸ Ver, por exemplo: DE LAURETIS: Op. cit., 1986; HARAWAY, Donna: "A manifesto for Cyborgs: science, technology and socialist feminism in the 1980s", *IN Socialist Review* (15). 1985; MINOW, Martha: "Learning to live with the dilemma of difference: bilingual education and special education", *IN Law and contemporary problems* (48). 1984; JOHNSON, Barbara: "Apostrophe, animation and abortion", *IN Diacritics* (16). 1986; e SPIVAK, Gayatri Chakravorty: *In other world: essays in cultural politics*. N.Y., Methuen, 1987. Ver também: RYAN, Michael: *Marxism and deconstruction: a critical articulation*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1982.

em relação ao Homem Universal, seu confinamento em pesquisas sobre o doméstico e o privado - indica uma política que define e reforça prioridades, reprime certos temas em nome da maior importância de outros, naturaliza certas categorias e desqualifica outras. Não é uma política conspiratória, nem estreitamente auto-centrada, mas sim de proteção de uma tradição corporativa estabelecida. A disciplina história, não obstante, produz (e não incorpora ou reflete), através de suas práticas, saber a respeito do passado em geral e, inevitavelmente, também a respeito das diferenças sexuais. A história faz funcionar, desse modo, um tipo particular de instituição cultural que endossa e publicita construções de gênero.

Um conceito relativizado de gênero como um saber historicamente específico sobre a diferença sexual permite às feministas forjar um instrumento analítico duplamente afiado, que permite gerar um saber novo sobre as mulheres e sobre a diferença sexual e inspirar desafios críticos às políticas da história ou, também, de qualquer outra disciplina. A história feminista deixa então de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar da produção do saber de gênero.

Os ensaios neste volume são tentativas, esforços na direção de realizar o tipo de análises que venho descrevendo, de exemplificar uma abordagem feminista do gênero, da política e da história. Tentei tratar criticamente da história como uma disciplina, um texto escrito e um registro de eventos do passado, para sugerir como podemos produzir um saber novo a partir da reflexão crítica a respeito dos processos pelos quais o saber é e tem sido produzido. Meu interesse específico como feminista é com o saber a respeito da diferença sexual, com gênero. Como historiadora, estou particularmente interessada em historicizar gênero, enfatizando os significados variáveis e contraditórios

atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias "mulheres" e "homens", e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento.

Apesar de insistir em que questões de gênero esclarecerão não apenas a história das relações entre os sexos mas também toda e qualquer história seja qual for seu assunto específico, estou consciente dos resultados necessariamente parciais que tal abordagem produzirá. Não pretendo uma visão totalizadora, nem ter encontrado a categoria que finalmente explicará toda desigualdade, toda opressão, toda história. Minha pretensão é mais modesta: é que gênero é tanto uma boa maneira para se pensar sobre a história, sobre os modos pelos quais hierarquias de diferença - inclusões e exclusões - foram constituídas, quanto de elaborar uma teoria (feminista) política. Tal admissão de parcialidade, me parece, não significa reconhecer a derrota na busca de explicações universais; sugere, antes, que explicações universais não são, e nunca foram, possíveis. Pretendo, também, chamar criticamente a atenção para a política (isto é, a dinâmica do poder) da "totalidade", seja ela apresentada como análise (mono)causal ou narrativa senhorial, seja invocada por historiadores ou ativistas políticos.

Tem havido uma certa preocupação nos círculos políticos e de historiadores sobre se esse tipo de postura crítica não tornaria impossível a prática tanto da história como da política, tal como as conhecemos. Pode ser, mas tal suposição atribui à práticas estabelecidas uma existência permanente que elas nunca tiveram. É justamente pela exposição da ilusão de permanência ou de continuidade da verdade de qualquer saber particular sobre a diferença sexual que o feminismo necessariamente historiciza a história e a política e abre caminho à mudança. Se gênero deve

ser repensado, se um novo saber sobre a diferença sexual deve ser produzido (saber que põe em questão até a primazia da oposição masculino/feminino), devemos também estar dispostos a repensar a história da política e a política da história. Este livro é uma tentativa inevitavelmente parcial nessa direção.⁹

⁹ (N.E.) O livro é dividido em quatro partes:

parte I: Em direção a uma história feminista

1. História das mulheres.
2. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

parte II: Gênero e classe

3. A respeito de linguagem, gênero e história da classe trabalhadora.
4. Mulheres em *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

parte III: Gênero na história

5. Identidades profissionais para homens e mulheres: As políticas de trabalho e família nos *Parisian Garmet Trades* em 1848.
6. Uma representação do trabalho: *La statistique de l'industrie à Paris 1847-1848*
7. "L'ouvrière! Mot impie, sordide...": mulheres trabalhadoras no discurso da economia política francesa, 1840-1860.

parte IV: Igualdade e diferença

8. O caso Sears.
9. Historiadoras americanas, 1884-1984.